

AÇÕES NACIONAIS NA AMÉRICA LATINA

Durante a emergência do COVID-19, alguns governos consideraram que a saúde sexual e reprodutiva, especialmente a interrupção da gravidez, não é uma prioridade, razão pela qual os cuidados nos serviços de saúde foram suspensos ou foram feitos cortes que limitam seu acesso. Além disso, alguns grupos e organizações têm promovido estratégias de desinformação e descrédito com o objetivo de reverter o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos.

Estas são algumas das ações e barreiras em diferentes países da América Latina que buscam restringir o acesso à saúde sexual e reprodutiva:

EQUADOR

As organizações *Frente Nacional pela Família Equador* e *Eu educo meus filhos* apresentaram petição ao Ministério de Relações Exteriores e Mobilidade Humana e os meios de comunicação *ACI Prensa* e *Actual* publicaram o "Manifesto pelo Direito à Vida", em resposta à denúncia feita por Citizen Go, que aludiu a um documento da ONU "Plano de Resposta Humanitária COVID-19".

BRASIL

Políticas para restringir o acesso à saúde reprodutiva estão sendo promovidas, a partir de iniciativas governamentais que afirmam ser contra a educação sexual e o aborto, e que são apoiadas por grupos de redes sociais, mídias digitais e algumas autoridades religiosas contra o aborto legal.

BOLÍVIA

Reclamações de grupos contrários aos direitos sexuais e reprodutivos após o apoio da Chancelaria boliviana a uma declaração conjunta pela "proteção à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos" durante a pandemia. Isso levou as autoridades a publicar um comunicado que ratifica seu compromisso com a "defesa da vida e da família".

CHILE

A Mesa para o Aborto e a Assembleia Plurinacional Feminista denunciaram a diminuição do acesso ao aborto pelos três motivos causais durante o primeiro trimestre, além disso, exceto nas datas próximas ao parto, não está sendo feita a atenção à saúde sexual e reprodutiva e não há estoque suficiente de Misoprostol e Mifepristone na rede hospitalar

COLÔMBIA

A organização *Unidos pela Vida* liderou uma campanha de denúncias e ataques que disseminam informações falsas contra organizações e grupos promotores de serviços de saúde sexual e reprodutiva, em especial o aborto por telemedicina, como *Orientame*, *Profamilia* e o meio de comunicação *El Espectador* com o objetivo de desacreditá-los

PERU

A Diretiva sanitária nº 094-MINSA / 2020, que declarou a saúde sexual e reprodutiva essencial, foi muito criticada por ser considerada "um uso ideológico e político desta pandemia para promover agendas de aborto". Esta campanha é apoiada por grupos como a *Rede Nacional de Advogados pela defesa da família (RENAFAM)*, *Instituto de Pesquisas Populacionais (PRI - Population Research Institute)* e *Associação dos Médicos pela Vida de Arequipa*

URUGUAI

O presidente Lacalle Pou ratificou em entrevista coletiva sua posição pessoal contra a legalização do aborto, referindo-se ao "nascituro" como titular de direitos. Essas declarações criam confusão e desencorajam as mulheres de tomar suas próprias decisões livres e informadas sobre seus corpos

ARGENTINA

Houve pressão de um grupo de legisladores e deputados que exigiram do Ministério da Saúde os relatórios sobre as compras de misoprostol depois que este Ministério confirmou o acesso a anticoncepcionais e a interrupção legal da gravidez durante a pandemia

